RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 06 de Novembro de 2026

Polícia Civil prende policial penal e professora suspeitos de facilitar entrada de celulares em presídio

Operação Insídia

Redação

Polícia Civil cumpre mandados contra servidores investigados por facilitar entrada de celulares em presídio

Investigados utilizavam de suas funções pública e do acesso privilegiado ao ambiente prisional para a prática do crime

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou, na manhã desta quarta-feira (9.9), a Operação Insídia, para desarticular um esquema de corrupção envolvendo servidores públicos investigados por facilitar a entrada clandestina de aparelhos celulares e outros itens para integrantes de uma facção criminosa dentro do sistema prisional.

Na operação, são cumpridas oito ordens judiciais em Cuiabá, sendo dois mandados de prisão preventiva, dois de busca e apreensão, dois bloqueios de valores e duas medidas de suspensão cautelar do exercício das funções públicas, expedias pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juízo das Garantias da capital.

As investigações, conduzidas pela Gerência de Combate ao Crime Organziado e Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (GCCO/Draco), têm como alvos um policial penal efetivo e uma professora contratada da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), que atuava em salas anexas de uma escola estadual no Centro de Ressocialização de Várzea Grande.

Os servidores são investigados pela prática dos crimes de corrupção passiva continuada, facilitação e intermediação da entrada de aparelhos telefônicos em estabelecimento prisional e associação criminosa. A atuação dos servidores estaria relacionada à logística de integrantes de uma facção criminosa.

O cumprimento das ordens judiciais é acompanhado pela Corregedoria da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus).

Investigação

As investigações iniciaram em junho de 2025, após análise de materiais apreendidos que identificaram transferências via Pix destinados à professora investigada, realizados por reeducandos ou por familiares e visitantes cadastrados.

As informações coincidiram com uma denúncia que apontava a atuação da professora e do policial penal na introdução clandestina de aparelhos celulares e outros itens ilícitos na unidade prisional, mediante o recebimento de vantagens financeiras indevidas.

Recebimento de valores

As investigações também apontaram movimentações consideradas incompatíveis com a atividade funcional dos investigados.

O policial penal cobrava valores entre R$ 7 mil e R$ 10 mil por cada celular levado para integrantes da facção criminosa. Durante a sua atuação, ele chegou a utilizar a conta de sua companheira para receber os valores, como forma de dificultar a rastreabilidade das movimentações financeiras.

Entrada de objetos

Conforme apontado, a professora se valia do trânsito autorizado no interior da unidade prisional para viabilizar a entrada clandestina de celulares e outros itens em favor da facção, enquanto o policial penal utilizava sua condição funcional para o mesmo objetivo.

O acesso privilegiado ao ambiente prisional proporcionado pelos cargos ocupados pelos investigados foi o elemento essencial para a prática do crime.

Ordens judiciais

Diante dos elementos colhidos durante as investigações, foi representado pelas ordens judiciais contra os investigados. Além das prisões preventivas, a Justiça determinou a suspensão cautelar do exercício das funções públicas dos dois servidores durante o período de duração da investigação.

Os mandados de buscas têm como objetivo a apreensão de novos elementos que possam contribuir para o avanço das investigações.

Também foi determinado o bloqueio de ativos financeiros nos valores de R$ 14,6 mil para a professora e de R$ 25,5 mil para o policial penal.

Operação Insídia

Insídia significa traição, falta de lealdade. A denominação faz referência à conduta investigada, na qual agentes públicos são suspeitos de terem traído as funções que exerciam, a confiança depositada pela sociedade e o próprio Estado, utilizando justamente as prerrogativas dos cargos para facilitar a atuação criminosa dentro do sistema prisional.

As investigações continuam para identificar outros possíveis envolvidos e esclarecer toda a extensão da estrutura criminosa.